

A photograph of a business meeting. A man in a dark blue suit and tie is leaning over a silver laptop, looking intently at the screen. To his left, a woman with blonde hair in a grey blazer is looking towards the laptop. To his right, another woman in a dark jacket is partially visible. The background is a blurred office setting with a window and some papers on a wall.

A Gestão Estratégica na Administração 3

 Editora
Atena

Ano 2018

Atena Editora

A Gestão Estratégica na Administração 3

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Edição de Arte e Capa: Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

G393 A gestão estratégica na administração [recurso eletrônico] /
Organização Atena Editora. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora,
2018.
3.387 kbytes – (Administração; v. 3)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-85107-11-6

DOI 10.22533/at.ed.116283107

1. Administração. 2. Planejamento estratégico. I. Atena Editora.
II.Série.

CDD 658.4

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A ASCENSÃO PROFISSIONAL E PESSOAL ATRAVÉS DE UM PROGRAMA DE COACHING	
<i>Thaís Furtado Mendes</i>	
<i>Rafael José Ferreira Inácio</i>	
<i>Lucivone Maria Peres de Castelo Branco</i>	
CAPÍTULO 2	14
A INOVAÇÃO DE PROCESSOS E EFICIÊNCIA PRODUTIVA: O CASO DA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA EM GOIÁS	
<i>Euclides Fernandes dos Reis</i>	
<i>Sara da Costa Fernandes</i>	
<i>Vagner Rosalem</i>	
CAPÍTULO 3	25
A INTERDISCIPLINARIDADE NO ENSINO DA ADMINISTRAÇÃO: ESTUDO NUMA UNIVERSIDADE DO MEIO OESTE DE SANTA CATARINA	
<i>Silvia Marina Rigo</i>	
<i>Gilberto Medeiros Borges Junior</i>	
<i>Liliane Josefa Orso Pinheiro</i>	
<i>Cristina Keiko Yamaguchi</i>	
<i>Rodrigo Regert</i>	
CAPÍTULO 4	34
ANÁLISE DE CUSTOS DE RECURSOS NATURAIS: ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DE PRODUTOS DE MINERAÇÃO NA REGIÃO OESTE DO PARANÁ	
<i>Germano de Paula</i>	
<i>Werner Engel</i>	
<i>Rosemeri Magagnin Kochen</i>	
<i>Susã Sequinel de Queiroz</i>	
CAPÍTULO 5	48
CENTRALIDADE E DENSIDADE APLICADA AO CONDOMÍNIO EMPRESARIAL FERROESTE	
<i>Alfredo Mosael Kloster</i>	
<i>Marcos de Castro</i>	
<i>Juliane Sachser Angnes</i>	
CAPÍTULO 6	67
COMPARATIVO ENTRE OS PARTIDOS POLITICOS DE 1982 E APÓS A LEI 9504/97, PARA VEREADORES: O CASO DOS SEIS MAIORES COLÉGIOS ELEITORAIS DO PARANÁ	
<i>Augusto Cesare de Campos Soares</i>	
<i>Antonio Marcos Flauzino dos Santos</i>	
<i>Edmilson Aparecido da Silva</i>	
<i>Neuza Corte de Oliveira</i>	
CAPÍTULO 7	80
DETERMINANTES DA EVASÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UFPI	
<i>Mario Fernandes Lima</i>	
<i>Helder Araujo de Carvalho</i>	
<i>Jefferson Ricardo do Amaral Melo</i>	
<i>Janaína Pereira de Miranda Lima</i>	
CAPÍTULO 8	91
ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS E PLANEJAMENTO FINANCEIRO: PROPOSTA DE UM PROGRAMA DE CONTROLE ORÇAMENTÁRIO	
<i>Fabricio Pelloso Piurcosky</i>	

Sheldon William da Silva
Jeferson Vinhas Ferreira
Pedro dos Santos Portugal Junior
Claudio Silva Palmuti
Felipe Flausino de Oliveira

CAPÍTULO 9 105

ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA PARA SUBSTITUIÇÃO DE LÂMPADAS FLUORESCENTES TUBULARES POR LED

Paulo André Dias Jácome
Breno Felipe Ribeiro Leite

CAPÍTULO 10 124

GESTÃO DA SAÚDE PÚBLICA PARA IDOSOS – O CASO DO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS-RJ

Ione Andrade Loureiro
Maria Cristina Fogliatti de Sinay
Laura Sinay
Iluska Lobo Braga

CAPÍTULO 11 144

GRAU DE COMPLEXIDADE TECNOLÓGICA DAS ATIVIDADES DE P&D DAS SUBSIDIÁRIAS DE MULTINACIONAIS E OS SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA

Roberto Costa Moraes

CAPÍTULO 12 157

INADIMPLÊNCIA NO SERVIÇO DE INTERNET: UM ESTUDO DE CASO SOBRE AS SUAS CAUSAS EM UMA EMPRESA DE TELECOMUNICAÇÕES DE PALMEIRA DAS MISSÕES – RS

Mariane Daros
Nelson Guilherme Machado Pinto

CAPÍTULO 13 174

METODOLOGIA ATIVA NO PROCESSO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM PARA O PROCESSO DECISÓRIO

Adival de Sousa Monteiro
Gabriel Luís da Conceição
Paloma de Lavor Lopes
Sheila Maria de Souza Santos
Waldemar Vicente Júnior

CAPÍTULO 14 188

MODELOS DE NEGÓCIOS COMO UNIDADE DE ANÁLISE: UM ESTUDO COMPARATIVO

Bruna Habib Cavazza
Thais Assis de Souza
Luiz Guilherme Rodrigues Antunes
Andréa Aparecida da Costa Mineiro
André Luiz Zambalde

CAPÍTULO 15 208

O COMPORTAMENTO INDIVIDUAL E SUA INFLUÊNCIA NA CULTURA ORGANIZACIONAL DO HOTEL BAEZA NA CIDADE DE GOIATUBA- GO

Thaís Furtado Mendes
Everton Sousa Pereira
Lucivone Maria Peres de Castelo Branco
Michelly Cândida Campos
Samylla Aparecida Silva

CAPÍTULO 16	221
OS EFEITOS DO COMING OUT NA QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO	
<i>Giovanna Belfort Moreira</i>	
<i>Fabiula Meneguete Vides da Silva</i>	
CAPÍTULO 17	237
PERCEPÇÕES SOBRE A APLICAÇÃO NATURALEMDR3DS NO SUPORTE AO TRATAMENTO DE TRAUMAS CAUSADOS PELA VIOLÊNCIA	
<i>Rosa Amelita Sá Menezes da Motta</i>	
<i>Gerson Gomes Cunha</i>	
<i>Luís Alfredo Vidal de Carvalho</i>	
<i>Altemar Sales de Oliveira</i>	
<i>Saulo Barbará de Oliveira</i>	
<i>Viviane Farias do Nascimento</i>	
CAPÍTULO 18	250
PRESENTEÍSMO: A SAÚDE OCUPACIONAL, RELAÇÕES E CONDIÇÕES ORGANIZACIONAIS DO TRABALHO, OBSERVANDO A CONTRIBUIÇÃO DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO	
<i>Hellen Daici Scariotte</i>	
<i>Marcos Fabricio Juszczak</i>	
CAPÍTULO 19	258
QUALIDADE DO ATENDIMENTO NA EMPRESA ALTO PADRÃO LABORATÓRIO	
<i>Lucivone Maria Peres de Castelo Branco</i>	
<i>Thaís Furtado Mendes</i>	
<i>Amanda Gabriela Scofoni da Costa</i>	
CAPÍTULO 20	273
TRABALHO, MAS NÃO TENHO EMPREGO: UM ESTUDO SOBRE O PERFIL DOS VENDEDORES AMBULANTES DA GRANDE VITÓRIA-ES	
<i>Marcelo Loyola Fraga</i>	
<i>Bruna Pereira Modzelewski</i>	
<i>Gideão Costa de Oliveira</i>	
<i>Rafaella Bazoni Rossi</i>	
<i>Muryan Passamani da Rocha</i>	
CAPÍTULO 21	285
UMA EXPERIÊNCIA INOVADORA: BLOGS NAS AULAS DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NA GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
<i>Rosa Amelita Sá Menezes da Motta</i>	
<i>Altemar Sales de Oliveira</i>	
<i>Biancca Scarpeline de Castro</i>	
SOBRE OS AUTORES	297

ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS E PLANEJAMENTO FINANCEIRO: PROPOSTA DE UM PROGRAMA DE CONTROLE ORÇAMENTÁRIO

Fabricio Pelloso Piurcosky

Centro Universitário do Sul de Minas
Varginha – MG

Sheldon William da Silva

Centro Universitário do Sul de Minas
Varginha – MG

Jeferson Vinhas Ferreira

Centro Universitário do Sul de Minas
Varginha – MG

Pedro dos Santos Portugal Junior

Centro Universitário do Sul de Minas
Varginha – MG

Claudio Silva Palmuti

Centro Universitário do Sul de Minas
Varginha – MG

Felipe Flausino de Oliveira

Centro Universitário do Sul de Minas
Varginha – MG

RESUMO: Este trabalho apresenta dados referentes ao endividamento das famílias brasileiras entre 2013 e 2016, evidenciando de que forma as políticas econômicas adotadas pelo governo brasileiro contribuíram para essa realidade. Um estudo como esse ganha importância em virtude da participação que o consumo das famílias tem no Produto Interno Bruto. Busca-se também apresentar como a educação financeira poderia ter auxiliado as

famílias neste período de facilitação ao crédito, destacando a importância do planejamento financeiro familiar. Tal abordagem se justifica pelo fato de que o planejamento financeiro pode auxiliar as pessoas a melhor gerir seus recursos financeiros. Auxilia ainda a adoção e gestão de metas pessoais a fim de atingir os objetivos e conquistar os sonhos almejados, contribuindo conseqüentemente para a obtenção de uma vida financeira mais tranquila e continuar, portanto, contribuindo para o PIB. Para cumprir com esses objetivos, é apresentado um referencial teórico com base em um levantamento bibliográfico realizado em artigos e livros de autores que abarcam o assunto proposto. Com isso tem-se, a aplicação do planejamento financeiro no contexto familiar, contribuindo para o controle das finanças das famílias brasileiras.

PALAVRAS-CHAVE: Endividamento familiar; planejamento financeiro; finanças pessoais; consumo.

ABSTRACT: This paper presents data referring to the indebtedness of Brazilian families between 2013 and 2016, evidencing how the economic policies adopted by the Brazilian government contributed to this reality. A study like this gains importance because of the participation that the consumption of the families has in the Gross Domestic Product. It also seeks to present how financial education could have helped families in

this period of facilitating credit, highlighting the importance of family financial planning. Such an approach is justified by the fact that financial planning can help people better manage their financial resources. It also helps the adoption and management of personal goals in order to achieve the goals and achieve the desired dreams, thus contributing to a quieter financial life and thus to contribute to GDP. To fulfill these objectives, a theoretical reference is presented based on a bibliographical survey carried out on articles and books by authors that cover the proposed subject. Thus, the application of financial planning in the family context contributes to the control of the finances of Brazilian families.

KEYWORDS: Family indebtedness; financial planning; personal finances; consumption.

1 | INTRODUÇÃO

A partir do contexto da crise financeira mundial, iniciada em 2008 nos Estados Unidos, muitos países adotaram políticas econômicas de cunho expansionista a fim de reverterem o ciclo de recessão que se instalou no mundo.

Especificamente no Brasil o advento do social-desenvolvimentismo se pautou, conforme Carneiro (2012), no incentivo à ampliação e generalização do consumo de massa como uma forma de diminuir a dependência do mercado externo e manter a economia local aquecida. A partir desse direcionamento de política econômica adotado nos últimos anos, torna-se importante realizar uma análise dos seus efeitos nas finanças da população e na economia em geral. Isso se fundamenta no fato de que passou a existir um consumismo desordenado, alinhado às diversas formas de financiamento (empréstimo, cartões de crédito, cheques e parcelamento de contas, diminuição de impostos ou isenção de algumas linhas de produtos) fazendo com que as famílias brasileiras recorressem a esses recursos sem estarem embasadas em um planejamento financeiro.

Ademais, Kerstenetzky (2016, p.30) diz que “no debate recente acerca de um modelo de crescimento para o Brasil, têm sido levantadas objeções à continuidade do experimento de liderança do consumo doméstico levado a cabo no país nos últimos anos”. No entanto, como é sabido, o consumo das famílias é o principal componente do Produto Interno Bruto (PIB), porém, apresenta queda tanto em seu número total como no PIB per capita. Isso afeta diretamente o poder de compra das famílias e auxilia na estagnação da economia do país, conforme estudos de Martins (2016), De Carvalho et al (2016), Barbosa Filho (2017). De acordo com dados do IBGE (2016) o consumo das famílias representou 63,37% do PIB brasileiro em 2015, demonstrando assim sua importância nas categorias de demanda desse indicador.

Este artigo aborda a importância do planejamento financeiro para o controle do orçamento familiar, até como uma forma para que este componente do PIB tenha um caráter mais permanente e não apenas algo temporário. Para tanto, apresentam-se os números relativos a 2016 do endividamento das famílias (em valores e categorias)

bem como um comparativo atual com os anos de 2013 e 2015.

Para atingir os objetivos do estudo foram utilizados os métodos analítico e dedutivo que, segundo Lakatos e Marconi (1991), analisam dados e parte de concepções gerais para compreender e apresentar conclusões específicas e verdadeiras, se as premissas forem verdadeiras. Como técnica opta-se pela pesquisa documental e bibliográfica, sendo assim um estudo de caráter exploratório e teórico.

2 | POLÍTICA BRASILEIRA DE INCENTIVO AO CONSUMO

Kerstenetzky (2016) apresenta o problema do endividamento das famílias com um ciclo de crescimento entre 2005 e 2013. Este estava em torno de 44,5% da renda anual das famílias e verificou-se que o endividamento afetava as famílias até então financeiramente excluídas. Este é um aspecto de importante destaque, pois, conforme a autora é “constitutivo de economias capitalistas avançadas”.

A política brasileira ainda em 2012 apontava um aumento do crédito para habitação quase igual ao crédito disponibilizado para a indústria que foi de 10% do PIB (MENDONÇA, 2013). A melhoria de renda das famílias, conforme Kerstenetzky (2016, p.38) fez com que boa parte do orçamento de famílias que tiveram ganhos recentes de renda, “a ponto de serem (indevidamente) consideradas de classe média, se desvie para a compra dos serviços no mercado, em busca de segurança e qualidade na provisão”.

Ao pesquisar sobre a questão da redistribuição de renda e o crescimento da economia brasileira a partir de 2005, a autora aponta que o motivo para tal foi a expansão do consumo de massas de bens e serviços privados e que esta foi impulsionada e encorajada por políticas de mercado de trabalho (salário mínimo com aumentos maior que a inflação, incentivo e leis para regular empregos, aposentadoria rural, benefícios sociais e acesso ao crédito). Dessa forma, em todos os anos, com exceção de 2010, a taxa de crescimento do consumo das famílias superou a taxa de crescimento do produto.

De acordo com Carneiro (2012) esse tipo de política ficou denominado como social-desenvolvimentismo, tendo sido a base de condução econômica do país no segundo governo Lula e primeiro governo Dilma.

Nesse sentido, ganha importância o chamado Canal do Crédito que de acordo com Barboza (2015, p. 138) refere-se a “uma ação que transmite os impulsos de política monetária em direção à economia real via alterações no preço de crédito”. As ações relativas a este mecanismo podem impactar tanto as famílias como as empresas, pois uma alteração na taxa de juros básica pode ser transmitida às taxas no mercado de crédito. Dessa forma, se a taxa sofre uma elevação, as famílias tendem a gastar menos e as empresas a investir menos em novas aquisições.

Nassif (2015) destaca que no primeiro governo Dilma Rousseff, o Banco Central retomou o ciclo de aumento de taxas de juros de curto prazo e ao mesmo tempo

o Ministério da Fazenda concedia diretamente incentivos ao consumo das famílias mesmo em um quadro de extrema incerteza. De acordo com o IBGE (2015), as taxas de crescimento médias anuais do PIB real foram de 3,1% e 3,4% entre 2011-2014 e 1999-2014, respectivamente em relação ao consumo das famílias.

O governo promoveu ainda a isenção de impostos para venda de automóveis, desconto de impostos nas chamadas “linha branca” e “linha marrom”, aumento substancial no programa de Financiamento do Ensino Superior (FIES) e abertura de novas linhas de crédito em programas de habitação como o “Minha Casa, Minha Vida”.

Kerstenetzky (2016) aponta que este tipo de modelo ainda pode ser explorado, pois tendo em vista a realidade do Brasil que existe uma extrema concentração na distribuição de renda, metade dos brasileiros tem renda inferior a pouco mais de metade da renda média (que não representa o ideal para um consumo de classe média), comprovando assim como há ainda possibilidade de utilizar essa faixa de famílias para indução ao consumo. Contudo, para tal, seria importante investir em redistribuição de renda e educação financeira e não apenas fortemente em acesso ao crédito.

3 | CENÁRIO FINANCEIRO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS

De acordo com Valente (2013), o Banco Central (BC) informou que o índice de endividamento das famílias brasileiras subiu de 43,79% para 43,99% em março de 2013. Isso significa que as famílias devem às instituições financeiras quase a metade do que ganham durante o ano. Para o economista-chefe do Conselho Federal de Economia, Júlio Miragaya, o aumento do endividamento das famílias é um reflexo da facilitação de acesso ao crédito bancário no país.

Em 2016, a pesquisa da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) revelou que o nível de endividamento das famílias em julho do ano referenciado aumentou de forma considerável em comparação com o ano de 2013 (corresponde a 57,7%). Este número, porém, era ainda maior em janeiro de 2016, quando alcançou o nível de 61,6% das famílias.

Ao concentrar-se em julho do corrente ano, dos 57,7%, 14,7% consideram-se muito endividados, 20,2% como mais ou menos endividados, 22,8% como pouco endividados e 42,2% como famílias que não tem dívida deste tipo.

As categorias de tipos de dívida pesquisada foram: cartão de crédito, cheque especial, cheque pré-datado, crédito consignado, crédito pessoal, carnês, financiamento de carro, financiamento de casa e outras dívidas. A Tabela 1, aponta a divisão das respostas dadas por tipo de categoria em julho de 2016.

A CNC (2016) ainda mostra que entre as famílias com contas ou dívidas em atraso, o tempo médio de atraso foi de 62,4 dias em julho de 2016. O tempo médio de comprometimento com dívidas entre as famílias endividadas foi de 7,2 meses, sendo que 25% estão comprometidas com dívidas até três meses, e 34,4%, por mais de um

ano. Ainda, cerca de 22% das famílias endividadadas afirmaram ter mais da metade de sua renda mensal comprometida com o pagamento de dívidas. O cartão de crédito é o principal responsável com 76,7%; carnês, por 15,7%; e, em terceiro, o crédito pessoal, com 11,3%. No grupo de famílias com renda até dez salários mínimos, cartão de crédito ainda é o principal causador de endividamento com 77,7%; carnês, por 16,6%; e crédito pessoal, por 11,0%. Já entre as famílias com renda acima de dez salários mínimos, os principais tipos de dívida apontados em julho de 2016 foram: cartão de crédito, por 72,4%; financiamento de carro, por 19,2%; e financiamento de casa, por 16,7%.

Julho de 2016			
Tipo	Total	Renda familiar mensal	
		Até 10 SM	+ de 10 SM
Cartão de crédito	76,7%	77,7%	72,4%
Cheque especial	6,9%	6,0%	11,3%
Cheque pré-datado	1,5%	1,5%	1,6%
Crédito consignado	5,2%	4,9%	6,8%
Crédito pessoal	11,3%	11,0%	12,7%
Carnês	15,7%	16,6%	10,8%
Financiamento de carro	10,7%	8,8%	19,2%
Financiamento de casa	7,8%	5,9%	16,7%
Outras dívidas	2,4%	2,8%	0,7%
Não sabe	0,1%	0,1%	0,2%
Não respondeu	0,1%	0,1%	0,2%

Tabela 1: Tipo de endividamento das famílias brasileiras - até 10 salários mínimos e maior que 10 salários mínimos

Fonte: CNC (2016)

Em relação às contas em atraso, a pesquisa CNC (2016) divulgou que 39,7% das famílias tinham contas em atraso em julho de 2016 e que destes 38% não tem condições de pagar. Ainda, 22,1% responderam que a parcela da renda comprometida com dívidas é superior a 50%. Assim, pode-se depreender que a parcela de renda comprometida teve um aumento considerável. Embora houvesse diminuição em relação aos endividados, o comprometimento da renda é uma variável que pode objetar continuamente novas ofertas de crédito quando os anteriores não podem ser pagos, afetando o consumo e novas aquisições.

A ideia da política brasileira surtiu bons resultados nos primeiros anos, pois ajudou o país a passar por uma grave crise mundial e anteriormente apresentou excelente crescimento. Porém, as famílias adotaram comportamentos de consumo desenfreados, que fizeram com que o nível de endividamento fosse crescente. Isso provoca diminuição natural de consumo, conforme IBGE (2016), que registrou queda no consumo das famílias pelo quinto trimestre seguido, recuando 6,3%.

A proposta apresentada na próxima seção baseia-se no fato de que, se houvesse uma educação financeira para as famílias, o hábito do consumo seria mais

bem realizado, provocando com isso um melhor e mais inteligente uso do crédito, contribuindo para a economia do país e para a expansão e manutenção do bem-estar da população.

4 | ANÁLISE DA SITUAÇÃO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS E O IMPACTO NA ECONOMIA

VEJA (2014) apontava que o elevado endividamento das famílias brasileiras, em uma faixa próxima de 50% da renda, impunha limites ao crescimento da economia pelo consumo. Ao relatar a palestra do economista-chefe da Gradual Investimentos, André Perfeito apontava que essa situação mostrava um limite muito sério para o crescimento do consumo, pois tratava-se de um processo crescente desde 2009.

Diante da importância do componente consumo das famílias no PIB, é importante analisar o que ocorreu após a situação descrita entre 2013 e 2014. Os números apresentados por CNC (2016) mostram que o percentual de famílias com dívidas recuou em julho de 2016 se comparado com o mesmo período de 2015. O percentual de famílias com contas ou dívidas em atraso também diminuiu em relação a junho, mas manteve a tendência de alta em relação a 2015. O percentual que relatou não ter condições de pagar suas contas em atraso também recuou na comparação mensal, aumentando, porém, se comparado com julho de 2015. A Tabela 2, registra os dados e demonstra a situação atual:

	Total de endividados	Dívidas ou contas em atraso	Não terão condições de pagar
Julho de 2015	61,9%	21,5%	8,1%
Junho de 2016	58,1%	23,5%	9,1%
Julho de 2016	57,7%	22,9%	8,7%

Tabela 2: Total de endividados

Fonte: CNC (2016)

Porém, é preciso perceber que não são todos os índices em que há queda. Houve alta do percentual de famílias inadimplentes em relação a julho de 2015, quando esse indicador alcançou 21,5% do total. O mesmo acontece em relação aos que não possuem condições de pagar suas contas ou dívidas em atraso. O número de julho de 2015 é 0,6% menor que em julho de 2016.

Assim, é possível perceber nos dados as seguintes informações:

- I. Diminuição no percentual de famílias endividadas;
- II. Diminuição no percentual de famílias com contas ou dívidas em atraso (em relação ao mês imediatamente anterior);

- III. Diminuição no percentual de famílias que não tem condições de pagar (em relação ao mês imediatamente anterior);
- IV. Diminuição no percentual de famílias que se declaram muito endividadas (em relação ao mês imediatamente anterior);
- V. Diminuição da parcela média da renda comprometida com dívidas.

CNC (2016) aponta ainda que no mês de julho, houve redução do percentual de famílias endividadas pelo sexto mês consecutivo e o indicador alcançou o menor patamar desde janeiro de 2015. Também, houve queda do comprometimento mensal da renda com dívidas pelo segundo mês consecutivo e depois de oito meses consecutivos de alta, também houve queda do percentual de famílias que disseram estar muito endividadas.

Apesar da melhora na comparação mensal dos itens 2 e 3 citados acima, na comparação com o ano anterior, houve piora. Isso pode ser explicado pelas taxas de juros mais elevadas e o cenário menos favorável do mercado de trabalho.

Embora os números possam parecer interessantes, estes, conforme CNC (2016) somente acontecem ou podem ser entendidos por causa da retração do consumo, em virtude da reduzida confiança do consumidor, devido à perda do poder de compra dos salários e ao custo elevado do crédito. De acordo com o BCB (2016), para o mês de julho de 2016, a taxa média de juros no crédito às famílias situou-se em 42% a.a., com elevações de 0,2 p.p. no mês e de 5,7 p.p. em doze meses. No mês, a taxa situou-se em 71,9% a.a. no crédito livre, após aumento de 0,5 p.p. (crédito não consignado, +3,9 p.p.; cheque especial, +2,7 p.p.; cartão de crédito parcelado, +2,3 p.p.). No crédito direcionado, a taxa média subiu 0,1 p.p., atingindo 10,6% a.a.

Barboza (2015) menciona o fato de o Brasil ser o país com a maior taxa de juros do mundo, em julho de 2016, conforme o fixado pelo Banco Central de 14,25%. Este é utilizado para combater a inflação, porém com o aumento dessa taxa, há desincentivo ao consumo e também à tomada de crédito, pois conforme é atestado pelo mesmo autor, há transmissão de impulsos de política monetária para a economia real. Isso impacta diretamente e negativamente o consumo agregado. Importante ressaltar como essa taxa tem apresentado um comportamento à mercê da política brasileira, pois no início dos anos 2000, era de 20% a.a. e em 2013 já era de 8%. Esta voltou a crescer e em 2015 e 2016 atingiu a marca de 14,25% ao ano.

No entanto, em maio de 2016 a relação crédito/PIB era de 52,4% e em julho do mesmo ano de 51,4%. Isso representa uma mudança interessante, pois em 2012 esse número estava em torno de 30%, de acordo com o BCB (2016). Isso significa que houve um aumento considerável de penetração do crédito livre na determinação da renda, o que é interessante para o país, desde de que o uso desse crédito seja bem planejado. Barboza (2015, p. 143) explica que a penetração por muitos anos foi baixa porque as “décadas de inflação elevada forçaram o sistema bancário a cobrar taxas

de juros excessivamente elevadas, o que acabou reduzindo a oferta de crédito na economia” e que os anos de desequilíbrios fiscais geraram às instituições financeiras um melhor local para seus recursos por meio da aplicação em títulos da dívida pública ao invés do crédito para consumo.

5 | PLANEJAMENTO FINANCEIRO FAMILIAR

Um bom planejamento financeiro é fundamental e importante para que a família tenha uma melhor organização e projeção de suas finanças. O planejamento financeiro familiar, ou orçamento familiar, é a soma de todos os ganhos da família durante o mês, onde, este tem de ser maior ou igual à previsão do que se tem a pagar, de forma que esses pagamentos sejam realizados.

Nesse contexto surge o estudo das finanças pessoais que, segundo Cherobin e Espejo (2010) consiste em uma ciência que trata sobre a aplicação dos conceitos financeiros pela família ou indivíduo nas suas decisões financeiras do cotidiano. As finanças pessoais levam em consideração os eventos financeiros de cada pessoa, bem como a fase da vida em que ele se encontra, a fim de auxiliar o seu planejamento financeiro.

Para isso, uma das etapas principais é o planejamento, que consiste em um conjunto de ações coordenadas a fim de atingir um objetivo. O planejamento é um processo contínuo e dinâmico que consiste em um conjunto de ações intencionais, integradas, coordenadas e orientadas para tornar realidade um objetivo futuro, de forma a possibilitar a tomada de decisões antecipadamente. Essas ações devem ser identificadas de modo a permitir que sejam executadas de forma adequada e considerando aspectos como o prazo, custos, qualidade, segurança, desempenho e outras condicionantes (OLIVEIRA, 2010; ALDAY, 2017).

Um planejamento bem realizado oferece inúmeras vantagens. De forma semelhante, Ching; Marques; Prado (2010) diz que planejar significa decidir antecipadamente. Implica optar por uma alternativa de ação em detrimento de outras disponíveis. Ansoff (1981) afirma que o planejamento é uma ferramenta administrativa que organiza e define ações e processos a serem utilizados. Nesse sentido, o planejamento também é fundamental dentro da área de finanças (SAVOIA et. al, 2007).

Finanças podem ser conceituadas como o estudo da maneira em que as pessoas alocam recursos escassos ao longo do tempo com o fim de obter benefícios com esta alocação. É saber gerir o capital, saber onde e como aplicá-lo, que retorno será melhor. É o necessário para implementação, ampliação ou gestão de negócios para obtenção do poder aquisitivo a fim de satisfazer desde as necessidades básicas até a auto realização, ou seja, finanças é a administração de recursos para se alcançar as metas e objetivos (FARIA, 2011).

O termo finanças pode ser definido como “a arte e a ciência de administrar o dinheiro”. Praticamente todas as pessoas físicas ou jurídicas ganham ou levantam,

gastam ou investem dinheiro. Finanças dizem respeito ao processo, às instituições, aos mercados e aos instrumentos envolvidos na transferência de dinheiro entre as pessoas, empresas, órgãos governamentais. (GITMAN, 2010, pág. 3).

Para que o controle financeiro atinja seus objetivos, é fundamental que sejam tomadas ações de planejamento financeiro, ou seja, aliar as questões do planejamento com a noção financeira. O planejamento financeiro é um caminho estruturado para que se consiga de forma antecipada, planejar os objetivos almejados a serem atingidos, de forma que, quando algo indesejado acontecer no meio do caminho, possa estar mais bem preparado para se reestabelecer e tomar uma decisão mais eficaz e sólida (PADOVEZE, 2003; LUCION, 2005).

O processo de planejamento financeiro começa pelos planos financeiros de longo prazo, ou estratégicos. Este, por sua vez, orienta a formulação de planos e orçamentos de curto prazo, ou operacionais. De modo geral, os planos e orçamentos de curto prazo implementam os objetivos estratégicos de longo prazo (GITMAN, 2010).

Observa-se que um bom planejamento financeiro auxilia e mostra o caminho para a obtenção dos objetivos a serem alcançados, mas quanto mais ele se aproxima de dados mais concretos e reais há maior possibilidade de as projeções feitas chegarem aos objetivos planejados.

O planejamento financeiro permite assim traçar caminhos a serem seguidos para atingir as metas. Isso também pode ser aplicado às finanças pessoais. Nesse sentido, é importante o uso de uma ferramenta para controle e planejamento de finanças pessoais.

5.1 Ferramentas de Planejamento Financeiro

O planejamento financeiro pessoal e familiar é trazido como viabilizador da realização de sonhos, estrutura familiar saudável e ensejador de qualidade de vida, tendo em consideração a realidade hodierna, onde há busca incessante da ascensão social, status, poder de consumo, causados pela globalização, costumes, cultura, que resultam em uma situação financeira oposta da almejada. De acordo com Greenspan (2002) o planejamento financeiro pode ajudar as famílias a cumprirem suas obrigações a curto e longo prazos e, conseqüentemente, melhorando sua condição de vida.

As crenças intrínsecas à cultura, induzem à compreensão da independência financeira como riqueza, aquela que permite o consumo e gastos ilimitados, possível somente aos detentores de grandes fortunas. No entanto, a independência financeira é a manutenção do equilíbrio entre a receita e as expensas. Uma ferramenta muito útil e de fácil manuseio, é o “fluxo de caixa” ou “planejador financeiro”.

Segundo Gitman (2010) fluxo de caixa é uma apresentação de onde vêm os recursos e para onde vão estes recursos, podendo ser utilizado para os momentos presente e futuro, como forma de evidenciar a movimentação financeira atual e a prevista.

Diante disso, os autores apresentam a ferramenta “Planejamento Financeiro”, totalmente desenvolvida eletronicamente, que pode ser acessada através do endereço eletrônico: <https://www.facebook.com/CP-Cursos-e-Consultoria-Financeira-1764506903782202/>. A figura 1 apresenta a tela inicial do programa.



Figura 1: Tela inicial de um programa de controle financeiro pessoal.

Fonte: os autores.

Nos botões de comando “Cadastrar Nova Receita” e “Cadastrar Nova Despesa”, é possível criar o seu próprio plano de contas financeiro, que servirá de base para a realização de lançamentos de receitas e despesas, conforme a figura 2 seguinte.

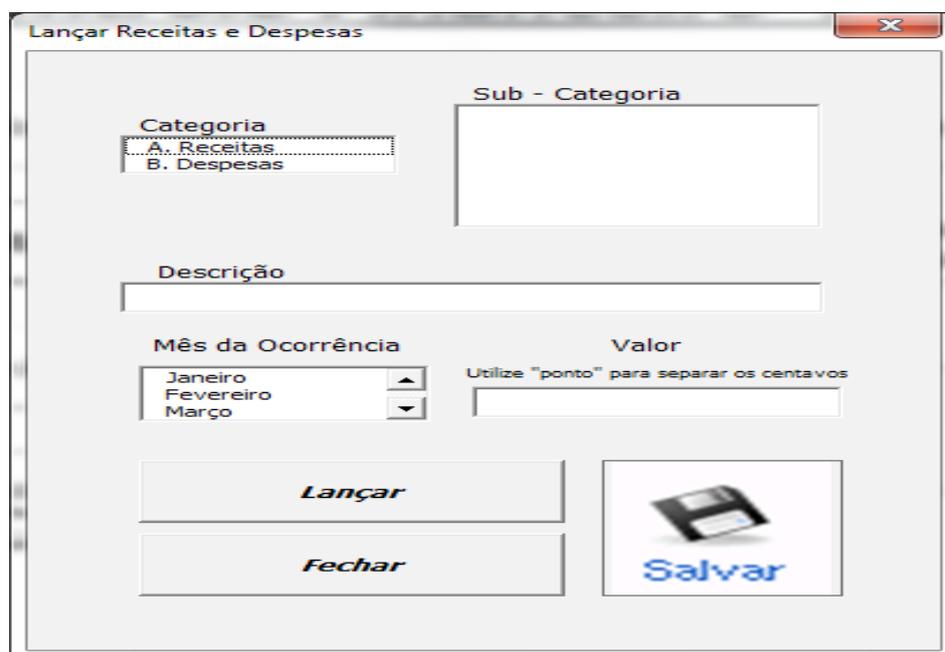


Figura 2: Tela de lançamento de novas receitas e despesas.

Fonte: os autores.

Ao realizar um lançamento de receita e/ou despesa, este fica armazenado em um banco de dados do próprio planejador financeiro, onde a qualquer momento se pode solicitar um relatório dos lançamentos realizados, por período, como forma de acompanhar a situação financeira atual e futura, conforme apresentado nas figuras 3 e 4.

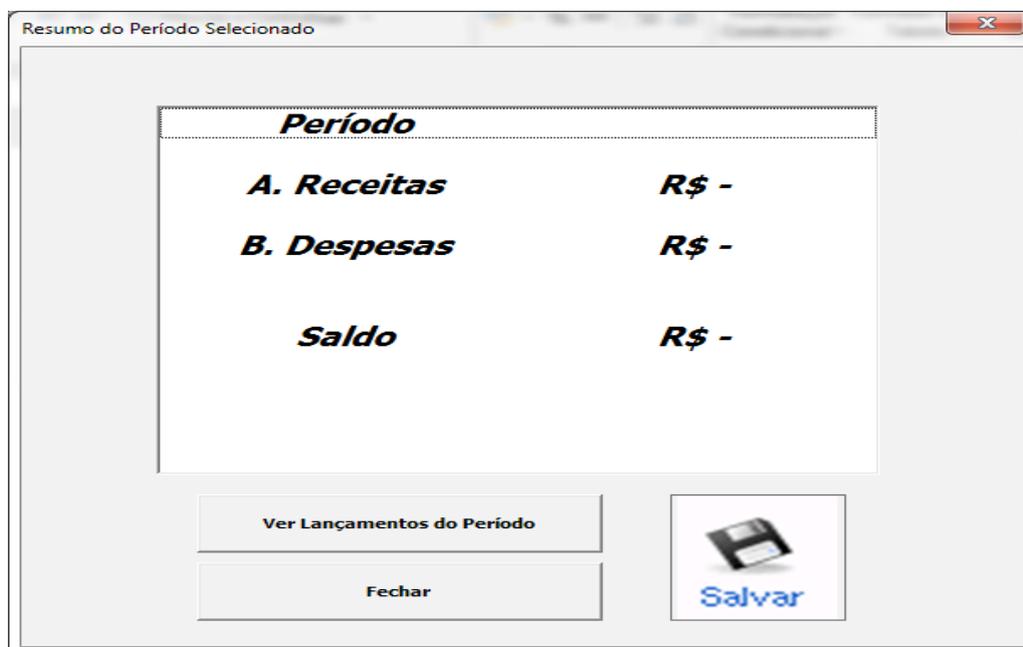


Figura 3: Tela de apresentação de resultados.

Fonte: os autores.

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
A. Receitas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
B. Despesas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Figura 4: Tela de resumo dos dados.

Fonte: os autores.

É evidente a importância de um bom planejamento financeiro, como forma de se antever um gargalo financeiro. Cerbasi (2009) enfatiza que problemas financeiros devem ser identificados antes de acontecerem. Dessa forma a família pode decidir antecipadamente a maneira pela qual resolverá o futuro problema financeiro, contribuindo para uma tomada de decisão mais racional e com menor impacto.

O acompanhamento e a tomada de decisões acerca de informações financeiras de receitas e despesas futuras são importantes passos para o equilíbrio financeiro pessoal e familiar.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a situação das famílias endividadas no Brasil, é possível perceber que no período analisado entre 2013 e 2016, esta mostra-se com um efeito negativo sobre a renda. A pesquisa apontou que ainda há uma grande porcentagem da população que não tem acesso a uma renda considerada mediana, o que favoreceria ainda por um tempo a continuidade de uma política de distribuição de renda. Essa, porém, deveria vir acompanhada de vínculos com serviços sociais providos pelo governo, que realmente alcançariam a faixa de população correta. Também, os gastos do governo deveriam aumentar em relação a obras e avanços em ofertar empregos melhores e aproveitar-se das novas camadas de estudantes de ensino superior advindos dos programas sociais.

Porém, não se pode conceder altos níveis de créditos sem oferecer uma educação financeira para a população. Informar às pessoas sobre o que é o planejamento financeiro familiar, sua técnica e maneira de uso, bem como ferramentas que permitam esse planejamento, contribui para que as famílias brasileiras tenham uma vida financeira mais equilibrada e saudável, ao contrário do que está acontecendo no cenário atual do país. Percebe-se, portanto que, para a melhor organização e planejamento financeiro familiar, o acompanhamento e disciplina da aplicação das propostas apresentadas podem levar as famílias a ter uma melhor qualidade de vida financeira, pois, as rendas familiares serão mais bem gastas e administradas. Isso pode contribuir de uma maneira muito mais significativa em relação ao maior componente do PIB brasileiro.

O endividamento existe até mesmo em maior proporção em países desenvolvidos, porém, a grande questão é o fato do comprometimento da renda ser muito grande no caso brasileiro. Isso tem impactos profundos na economia e no bem-estar das famílias, fazendo com que o ciclo econômico fique estagnado.

REFERÊNCIAS

ALDAY, H. E. Contreras. **O planejamento estratégico dentro do conceito de administração estratégica**. Revista da FAE, v. 3, n. 2, 2017.

ANSOFF, H. I. **Do planejamento estratégico à administração estratégica**. Atlas, 1981. 271p., 1981.

BARBOSA FILHO, F. H. **A crise econômica de 2014/2017**. Estudos Avançados, v. 31, n. 89, p. 51-60, 2017.

BARBOZA, R. M. **Taxa de Juros e Mecanismos de Transmissão da Política Monetária**. Revista de Economia Política, vol 35, nº 1 (138), pp 133-155, janeiro-março/2015

BCB. **Política Monetária e Operações de Crédito do SFN**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/notecon2-p.asp>. Acesso em: 26 de agosto de 2016.

CARNEIRO, R. M. **Velhos e novos desenvolvimentismos**. Economia e sociedade, vol.21, número

especial, Dez. 2012.

CERBASI, G. **Como Organizar sua Vida Financeira**: inteligência financeira pessoal na prática. 8 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009

CHEROBIM, A. P. M. S.; ESPEJO, M. M. dos S. B. (Org.). **Finanças Pessoais**: Conhecer para enriquecer. São Paulo: Atlas, 2010.

CHING, H. Y.; MARQUES, F.; PRADO, L. **Contabilidade e Finanças para não especialistas**. 3 ed. . São Paulo: Pearson, 2010

CNC. **Pesquisa CNC Endividamento e Inadimplência do Consumidor**: O Perfil do Endividamento das famílias brasileiras em 2013. Disponível em: <http://www.cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/o_perfil_do_endividamento_das_familias_brasileiras_em_2013.pdf>. Acesso em: 01 de ago. de 2016.

DE CARVALHO, S. S. et al. **O Consumo das Famílias no Brasil entre 2000 e 2013: uma análise estrutural a partir de dados do Sistema de Contas Nacionais e da Pesquisa de Orçamentos Familiares**. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2016.

FARIA, L. M. **Conceito de finanças**. Tempo de Finanças. 2011. Disponível em: <<http://tempodefincancas.webnode.com.br/livro-de-visitas/finan%C3%A7as%20-%20conceito/>>. Acesso em: 19 mai. de 2016.

GITMAN, L. J. **Princípios de Administração Financeira**. 12 ed. São Paulo: Pearson, 2010

GONÇALVES, P. C. **INADIMPLÊNCIA E ENDIVIDAMENTO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS NO PERÍODO DE 2014**: algumas alternativas ao endividamento familiar. Revista Eletrônica de Debates em Economia, v. 4, n. 1, 2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Diminuição do consumo das famílias**. Disponível em: <www.ibge.gov.br> Acesso em: 10 ago. de 2016

_____. Sistema de Contas Nacionais. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2015/default.shtm> Acesso em: 07 jun. 2016.

KERSTENETZKY, C. L. **Consumo social e crescimento redistributivo**: Notas para se pensar um modelo de crescimento para o Brasil. Revista de Economia Política, vol. 36, nº 1 (142), pp. 29-45, janeiro-março/2016

LUCION, C. E. R. **Planejamento financeiro**. Revista Eletrônica de Contabilidade. v. 2, n. 1, p. 160, 2005.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 6 ed. . São Paulo: Editora Atlas S.A., 1991

MARTINS, G. I. V. **Uma revisão sobre a teoria da função consumo e sua aplicação empírica ao caso brasileiro**. Multitemas, n. 15, 2016.

MENDONÇA, M. J. C. **O crédito imobiliário no Brasil e sua relação com a política monetária**. Revista brasileira de Economia, v. 67, n. 4, p. 457-495, 2013.

NASSIF, A. **As armadilhas do tripé da política macroeconômica brasileira**. Revista de Economia Política, vol. 35, nº 3 (140), pp. 426-443, julho-setembro/2015

OLIVEIRA, D. P. R. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologias e práticas**. In: Planejamento estratégico: conceitos, metodologias e práticas. Atlas, 2010.

PADOVEZE, C. L. **Controladoria estratégica e operacional: conceitos, estrutura, aplicação**. Pioneira Thomson Learning, 2003.

SARAIVA, A. **CNC: Endividamento das famílias sobe em janeiro, mas inadimplência cai**. Jornal Valor Econômico. 2014. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/3403366/cnc-endividamento-das-familias-sobe-em-janeiro-mas-inadimplencia-cai>>. Acesso em: 19 mai. de 2016.

VALENTE, G. **Endividamento das famílias bate recorde: 43,99% da renda**. O Globo. 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/endividamento-das-familias-bate-recorde-4399-da-renda-8516655>>. Acesso em: 19 jul. de 2016.

VEJA. **Endividamento das famílias limita consumo – e crescimento**. Revista Veja. 2014. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/economia/endividamento-das-familias-limita-consumo-e-crescimento/#respond>. Acesso em: 01 ago. de 2016

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85107-11-6

